

**ATA**

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Luísa Francisca de Abreu Pedroso, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1 – Vereadora Maria Helena Soeiro** – Depois de fazer um historial das ações levadas a cabo no âmbito do contrato de urbanização de Silvares aprovado há seis anos, manifestou a sua incompreensão pelos sucessivos atrasos e contradições que envolvem a intervenção, tendo concluído que a ligação da Rotunda de Mouril à Variante de Creixomil não está executada porque a Câmara Municipal ainda não enviou o estudo de tráfego solicitado pela Estradas de Portugal e por se encontrar a trabalhar num novo projeto em conjunto com os promotores. A propósito, pediu esclarecimentos sobre a divulgação da necessidade de se executar um estudo de tráfego apenas na última reunião de Câmara descentralizada, realizada em Pevidém. Disse que a referida ligação assume uma importância crucial para a qualidade de vida de milhares de pessoas que vivem em Pevidém e que,

diariamente, necessitam de efetuar este percurso para Guimarães. Por último, manifestou o desejo de que não sejam necessários mais seis anos de espera justificada por acusações infundadas e notícias contraditórias para que os Pevidenses possam dispor de uma ligação digna à cidade. -----

**2 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Denunciou a situação em que vivem os moradores do Lugar do Louredo, na freguesia de Selho S. Lourenço, que há vários anos se queixam do barulho e dos maus cheiros causados por uma empresa produtora de alcatrão. Disse recear que a situação se possa agravar com o licenciamento de uma área adjacente a essa empresa onde foram utilizados explosivos para o desmantelamento de afloramentos rochosos e regularização do terreno. Por último, considerou que esta situação resulta da falta de planeamento e ordenamento do território que não salvaguarda a necessária distância entre habitações e áreas onde são licenciadas estas atividades. -----

**3 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Sobre a intervenção da Vereadora Helena Soeiro disse que a Rotunda de Mouril foi executada na sequência de um acordo estabelecido entre a Câmara Municipal e os promotores da urbanização de Silvares. Informou que o processo litigioso relativamente à última parcela de terreno estará na fase final pelo que, dentro em breve, a Câmara Municipal ficará na posse dos terrenos a ser transmitidos aos promotores por aquisição. Sobre o envolvimento da Estradas de Portugal neste processo disse que em 2011 esteve na sede daquela entidade em Almada, em representação da Câmara Municipal, juntamente com uma equipa de técnicos da Autarquia, tendo sido apresentada em pormenor toda a problemática relativa à ligação da Rotunda de Mouril à Variante de Creixomil. Acrescentou que, depois disso, foram



apresentados vários dossiers à Estradas de Portugal tendo em conta que interessava consensualizar uma solução entre aquela entidade, a Câmara Municipal e os promotores da urbanização, tendo sido, posteriormente, apresentado um projeto definitivo que tinha também em conta a opção B. Disse que a Estradas de Portugal reprovou a primeira solução por entender que seria necessário fundamentar bem a confluência de trânsito na envolvente da Rotunda de Silvaes tendo solicitado, no início deste ano, um estudo de tráfego na referida zona. A este propósito, manifestou ser por todas as partes conhecida a evidência de confluência e congestão de trânsito, constituindo a Rotunda de Silvaes um ponto negro no que diz respeito ao congestionamento de tráfego. Disse que a Estradas de Portugal, enquanto entidade responsável pela mobilidade rodoviária do país e por esta infraestrutura rodoviária, não pode ser desresponsabilizada neste processo de ligação da Rotunda de Mouril à Variante de Creixomil. Por último, disse que o estudo de tráfego está a ser feito agora em período de atividade plena do território, referindo, ainda, que deveria ser a Estradas de Portugal a assumir o desnivelamento da Rotunda de Silvaes e que se dependesse apenas da Autarquia a ligação da Rotunda de Mouril à Variante de Creixomil já estaria concluída, sustentando, assim, que o impasse é da responsabilidade da Estradas de Portugal. **b)** – Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro disse que iria inteirar-se da situação para na próxima reunião dar conta da posição da Autarquia sobre o assunto. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de setembro de 2014, que adjudicou a Alexandre Barbosa Borges SA

a execução da empreitada designada por "**Reabilitação da Ponte de Campelos e execução de Passagem Pedonal**", pelo valor de €257.903,39 + IVA, para um prazo de execução de 90 dias. ---

**2.** Do despacho do Presidente da Câmara, de 23 de setembro de 2014, que adjudicou a NORCEP – Construção e Empreendimentos, Lda. a execução da empreitada designada por "**Salas de Ensaio na Garagem do Teatro Jordão – Urgezes**", pelo valor de €657.044,00 + IVA, para um prazo de execução de 150 dias. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2014.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador Ricardo Araújo por não ter estado presente na reunião.-----

**OBRAS PÚBLICAS - REFORMA GERAL DOS TERMOS DE CONTRATAÇÃO DE PROJETOS E DE REVISÃO DE PROJETOS - DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS** – Presente a seguinte informação do diretor do Departamento de Obras Municipais: "Considerando que: 1 A melhoria das condições de contratação de projetos é apontada por todos os intervenientes do mercado como um elemento de fundamental importância para a promoção da qualidade da despesa pública. Em especial, o Tribunal de Contas, seja em atos isolados (sentenças e relatórios de auditoria), seja nos seus relatórios anuais, chama permanentemente a atenção para este aspeto, apelando à ação das entidades adjudicantes. 2. É sabido que a ocorrência de erros em projetos, por ação ou omissão, provoca despesa complementar, sendo uma das causas mais comuns de



derrapagem orçamental. Portanto, agir sobre os termos de contratação de projetos, tornando-a mais exigente e rigorosa, é o meio mais adequado, e eficiente, para prevenir incidentes financeiros negativos. 3. A negligência na contratação de projetos, a ser provada, pode mesmo configurar uma violação de regras da contratação pública, e por essa via, ser fonte de infrações financeiras, nos termos, e para os efeitos, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. 4. Sem que haja sido instada para aprovar medidas particulares neste campo, por parte do Tribunal de Contas, ou da Inspeção-Geral de Finanças, a Câmara Municipal de Guimarães entendeu assumir um movimento de reforma completa dos termos de contratação de projetos. 5. Quis a Câmara Municipal de Guimarães ir mais longe, ao regular, de imediato, a revisão do projeto, e numa modalidade mais exigente, pois que abrange todo o projeto, e não só o projeto de execução. Mais longe, assim duplamente, porque apesar do Código dos Contratos Públicos ter previsto, para certas obras esta medida preventiva e de controlo de qualidade (artigo 43º, nº 2), a reforma nele produzida pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de Julho, retirou-lhe efeito prático, ao impor a necessidade de ser publicada um diploma com as condições de execução ("diploma que estabeleça o regime aplicável à revisão do projeto de execução"), para que a revisão fosse, efetivamente obrigatória. Com as medidas que se pretende por em campo, antecipa-se o que venha a ser esse regime jurídico, respeitando o âmbito apontado no número seguinte. 6. Quer na versão inicial do nº 2 do artigo 43º, do Código, como na que resultou da reforma de 2012, nem todos os projetos estão sujeitos a revisão. Assim: Tendo em conta o carácter experimental e voluntário desta iniciativa, optou-se por fazer incidir a obrigação de revisão sobre os projetos cuja

autorização para a realização da despesa com a execução da obra seja da competência da Câmara Municipal, isto é, de valor superior a €748.196,85, considerando que na Câmara Municipal de Guimarães, e nos termos mantidos em vigor do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho (seus artigos 18º e 30º, salvos da revogação geral desse diploma, por efeito da alínea f) do nº 1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos), a competência para aprovar a despesa com a execução de empreitadas até àquele valor se encontra delegada no Presidente da Câmara, por deliberação tomada em reunião de 17 de Outubro de 2013; Tendo em conta o preceituado no nº 2 do artigo 43º acima identificado, conjugado com as alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 11º e Anexo V da Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, o projeto de execução não será revisto nos casos de elevado grau de repetição das diferentes partes componentes da obra. 7. Neste contexto, o Sr. Prof. Doutor Miguel Catela apresentou os documentos em anexo que consubstanciam a reforma global dos termos de contratação de projetos, e sua revisão. Acompanhados de uma minuta-tipo de decisão de contratar, a ser adaptada aos casos em concreto. 8. Finalmente, tão importante como efetuar uma reforma, é ter uma permanente disponibilidade para atualizar os seus termos, e corrigir o que se justifique, ou inovar no que seja necessário para dar resposta aos novos desafios. A realidade é sempre mais rica do que as descrições normativas, pelo que, após algum tempo da aplicação deste modelo, seria útil que se refletisse sobre os resultados concretos da sua aplicação. 9. Pelo exposto, propõe-se a aplicação desta reforma geral dos termos de contratação de projetos e de revisão de projetos no Departamento de Obras Municipais, a partir de 01 de janeiro de 2015. À consideração



superior.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – SALAS DE ENSAIO NA GARAGEM DO TEATRO JORDÃO – URGEZES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Empreitadas: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2014 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €0, destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.5.1.340, tendo a mesma sido reforçada em €770.000,00. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa **“Norcep – Construções e Empreendimentos, S.A.”** conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 19 de setembro de 2014, pelo preço de **€657.044,00 + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2014** – €88.127,67 + IVA = €93.415,33; **Ano de 2015** – €568.916,33 + IVA = €603.051,31.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CULTURAIS, SÓCIO-CULTURAIS E DE FORMAÇÃO, INTERESSE PÚBLICO, NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – AJUSTE DIRETO Nº 79/14**

– Presente, para aprovação, a informação de análise propondo a adjudicação da aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, socioculturais e de formação, de interesse público no Município de Guimarães, ao concorrente “A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães CIPRL”, pelo preço contratual de €813.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O Presidente da Câmara propõe a adjudicação condicionada sem produção de efeitos, quer de despesa, quer financeiras, até visto favorável do Tribunal de Contas. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Luísa Pedroso e Ricardo Araújo. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta que mereceu o número seis da Ordem de Trabalhos, única posição consentânea com as que vimos assumindo desde sempre e que vem possibilitando um modelo de gestão que, reconhecidamente, assegurou um padrão de eficiência e exigência invulgarmente elevados nas diversas área em que intervêm as Cooperativas com capital maioritariamente Municipal, desde a área cultural, à área social, de desporto e lazer, etc. Das razões da sua fundamentação resulta muito clara a necessidade de evitar um período de vazio por força da não produção de quaisquer efeitos na sequência da recusa de visto do Tribunal de Contas ao Concurso Público 10/2013. Tendo a Câmara Municipal de Guimarães recorrido para o Plenário do Tribunal de Contas e sendo Guimarães um concelho onde estas atividades ganharam notoriamente uma importância capital, este é o melhor modo, senão o único, de assegurar a prossecução do interesse público no atual quadro legal e contratual. A necessidade de dar continuidade, por período de tempo limitado, à prossecução destas atividades pela entidade que concorreu e à qual foram adjudicadas





aquelas tarefas, em concurso público internacional, resulta de regras de puro bom senso. Para um período de tão curta duração faz todo o sentido a continuação da prestação dos serviços pela entidade vencedora do concurso público internacional (e única a apresentar proposta). Qualquer outro procedimento de contratação pública teria como consequência imediata a suspensão de uma atividade de interesse público, por vários meses e com prejuízos dificilmente mensuráveis, que saiu reforçada no período imediatamente a seguir a 2012, ano em que Guimarães foi Capital Europeia da Cultura com investimentos na ordem dos €25.000.000,00 (Vinte e Cinco Milhões de Euros), excluindo o investimento na regeneração urbana. Parar a estratégia era aniquilar a política cultural assumida e era fazer com que o investimento se pudesse considerar um desperdício. Acresce que não se desconhecem os constrangimentos de ordem legal criados pela Lei nº 50/2012, a chamada Lei Relvas, uma lei impensada, irracional e aventureira que se apressa a destruir sem prever, em simultâneo, soluções alternativas, esquecendo que dos efeitos diretos de destruição decorrentes da sua aplicação pode resultar o fecho imediato de cooperativas municipais e empresas municipais, com o imediato despedimento de centenas de funcionários cujo futuro foi totalmente esquecido. Os constrangimentos da atividade interpretativa da legislação em vigor - ultimamente traduzidos no recente Acórdão num 23/2014 do Tribunal de Contas que ainda não transitou em julgado - não são desconhecidos do Município, que irá recorrer a todas as instâncias, nacionais ou internacionais, para as quais puder apelar no sentido de obter uma solução que ultrapasse os difíceis obstáculos criados. O Município esgotará todos os meios ao seu alcance deixando sempre em aberto, a luta pela revogação da Lei 50/2012. Manteremos sempre a defesa de

que uma cooperativa em que o Município detém 84,11% do capital com votos correspondentes a esse capital, é uma empresa municipal ou deve ter um tratamento jurídico similar. De todo o modo, até pela insegurança jurídica criada pela Lei 50/2012, este foi o meio adequado a servir os fins totalmente legítimos e necessários em apreciação na proposta, na salvaguarda do superior interesse público do serviço prestado aos nossos concidadãos. O Partido Socialista, como não podia deixar de ser, sempre tem procurado as melhores soluções para os problemas que vão surgindo, sempre no rigoroso cumprimento da legislação vigente. No entanto, não ignorando o histórico deste assunto, apesar das diferenças que julgamos existirem, salvaguardou-se a necessidade de obtenção de visto favorável do Tribunal de Contas para que esta adjudicação possa produzir efeitos.” -----

Abstiveram-se os Vereadores António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Luísa Pedroso e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A Câmara propõe mais um ajuste direto à Oficina. No final de julho, foi publicado o acórdão nº 25/2014 do Tribunal de Contas. Acórdão esse que recusava expressamente negócio idêntico àquele que a Câmara agora propõe para deliberação. Este é um momento em que as considerações jurídicas prevalecem sobre as políticas, porque é enorme a responsabilidade de quem propõe algo a que sabe antecipadamente que o Tribunal de Contas recusará visto. E com essa postura os vereadores PSD-CDS não podem pactuar. Nós acreditamos firmemente no Estado de Direito e na sua forma de funcionamento. E mais do que acreditar, respeitámo-lo! A partir do momento em que são submetidos para apreciação contratos que se sabe serem ilegais, o executivo fica constituído em responsabilidades, designadamente financeiras, com as quais não



seremos solidários. Trata-se de um ato inútil e tivera já transitado o acórdão do Tribunal de Contas seria praticamente um ato de desobediência. Acresce a isto o seguinte: Como é possível perceber-se que a Câmara tenha aberto um concurso público – neste caso o concurso público nº 10/2013 – ou seja, tenha feito uma consulta ao mercado para estes mesmos serviços, no pressuposto naturalmente de que presume a existência de um “público” de potenciais interessados, e depois pretende fazer aprovar um ajuste direto, justificado na circunstância de não haver alternativa? Mais do que estranho é absolutamente contraditório. Querer-se aprovar um ajuste direto para serviços sob o argumento de para os mesmos não haver alternativa, sendo que para a prestação destes mesmos serviços se lançou mão da figura do concurso público, figura que existe precisamente quando existem diversas alternativas de concorrentes e interessados. São todas estas contradições insanáveis e esta postura titubeante que leva a que este processo se mantenha sem solução à vista e com um acumular de erros que apenas colocam em causa a segurança dos trabalhadores e das cooperativas em causa. Para além de tudo quanto vai dito, temos votado desfavoravelmente desde o início deste processo, o que por si só mereceria, em coerência a adoção do mesmo sentido de voto. Mas acresce nesta circunstância que os menos culpados por toda esta situação são os trabalhadores da Oficina. Que são aqueles a quem foi prometida uma estabilidade que o executivo socialista não tem assegurado. Que se veem constantemente confrontados com a iminência de despedimento, por insuficiência de verbas. Por esse motivo, e apenas por esse motivo, não votamos contra esta proposta, que não subscrevemos minimamente. Consideramos contudo que a urgência da tomada de decisão justifica que possamos "fechar os olhos" e tomar uma

posição que contraria os nossos princípios de atuação política e a nossa coerência nesta matéria, mas por consciência que é porventura, em termos imediatos, a única forma de adiar por mais algum tempo uma decisão que tem que ser tomada, e que não é com certeza esta que agora se toma, que mais não é do que mais um expediente para permitir que o Município de Guimarães se mantenha à margem das regras instituídas, com o que não podemos, de modo algum, pactuar.” -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO PARA O PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2015 ATÉ 29 DE JUNHO DE 2015 –** Presente a

seguinte informação: “1. Objeto: Prestação de serviços de “Seguro Acidentes de Trabalho para o período de 1 de janeiro de 2015 até 29 de junho de 2015” 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados, devidamente certificados, em matéria de reparação de acidentes de trabalho. Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual mapa de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se a parecer prévio da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), a celebração do contrato de prestação de serviços referido, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços de Reparação de Acidentes de Trabalho, de acordo com as competências e funções definidas no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro e na Lei



n.º 35/2014, de 20 de junho. b) A despesa, por 180 dias, estima-se em €73.126,97, isento de IVA, de acordo com o n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado; c) Os encargos com a despesa serão previstos no orçamento para o ano de 2015; d) O procedimento a adotar para a formação do contrato deve ser o Ajuste direto, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com convite a pelo menos três entidades; e) Será aplicada a redução remuneratória prevista no 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, por remissão do artigo 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugada com o artigo 7.º da referida Lei n.º 75/2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO À FRATERNA - CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL**

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade Social, sediada no Complexo Multifuncional de Couros, solicitou a cedência de mobiliário de forma a maximizar os seus recursos, permitindo assim uma maior capacidade de resposta aos consideráveis pedidos realizados junto daquela instituição, sobretudo por parte de pessoas que se encontram em carência económica e social, bem como para dar apoio ao estudo a crianças dos bairros sociais. Atendendo ao exposto, e em face da disponibilidade de diversos equipamentos que não respondem às necessidades dos serviços municipais, verifica-se a possibilidade de se atender ao solicitado. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão da doação à Fraterna, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão

executivo, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €8.420,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Banca em madeira com 1 prateleira	€20,00	€20,00
13 Cadeiras em madeira	€10,00	€130,00
13 Mesas de sala de jantar	€150,00	€1.950,00
Móvel de suporte em madeira	€30,00	€30,00
2 Mesas de corredor em madeira	€20,00	€40,00
2 Cadeirões revestidos a pele cor castanha	€70,00	€140,00
4 Mesas retangulares em madeira	€20,00	€80,00
Escaparate em madeira para suporte televisor	€80,00	€80,00
Armário em madeira com 2 portas e 2 gavetas	€60,00	€60,00
3 Camiseiros com 5 gavetas	€60,00	€180,00
2 Arcas banco em madeira com braços	€80,00	€160,00
4 Mesas redondas de centro em madeira	€20,00	€80,00
26 Camas de solteiro em madeira estilo barroco	€60,00	€1.560,00
18 Mesas de Cabeceira em madeira com 1 gaveta e 1 porta	€25,00	€450,00
9 Espelhos com moldura em madeira estilo barroco	€25,00	€225,00
2 Conjuntos mesas pequenas de apoio em madeira	€70,00	€140,00
2 Camas de casal em madeira estilo barroco	€70,00	€140,00
3 Mesas quadradas em madeira com tampo em vidro	€25,00	€75,00
Roupeiro em madeira	€100,00	€100,00
9 Mesinhas de apoio em madeira	€10,00	€90,00
Móvel em madeira com 4 gavetas	€50,00	€50,00
7 Camas em madeira folheada	€50,00	€350,00
48 Cadeiras de sala de jantar em pele	€25,00	€1.200,00
8 Cómodas em madeira	€50,00	€400,00
Escrivaninha	€80,00	€80,00
4 Cadeiras em pele	€20,00	€80,00

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----****DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO - ACADEMIA DE MÚSICA FERNANDO MATOS**

- Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: "A Academia de Música Fernando Matos, sediada na vila de Caldas das Taipas, solicitou a cedência de um balcão em virtude de necessitarem daquele tipo de mobiliário para as suas instalações. Em visita ao armazém da Divisão de Património Municipal, verificou-se a existência de um balcão em madeira com 10 portas e tampo em granito que poderá ser disponibilizado. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo nos termos da alínea o), n.º 1, do artigo 33º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €1.500,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Balcão em madeira com 10 portas e tampo em granito	€1.500,00	€1.500,00

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----****RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR N.º**

**2/2014** – Presente o Relatório Final respeitante ao Procedimento Disciplinar instaurado ao trabalhador José Manuel Marques Oliveira, com a categoria profissional de Assistente Operacional. O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe a aplicação da pena disciplinar de despedimento/demissão. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE DESPEDIMENTO/DEMISSÃO. -----**

**AÇÃO SOCIAL - ALTERAÇÃO DO OBJETO DO SUBSÍDIO  
ATRIBUÍDO AO CENTRO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVO  
DE SILVARES EM 2014 - 1º ADITAMENTO** – Presente a

seguinte informação: "Em reunião de Câmara de 20 de março de 2014 foi deliberado aprovar o apoio a 41 Instituições de solidariedade social, entre as quais o Centro Social Cultural e Desportivo de Silvares, este último com um subsídio de €2.000,00 (dois mil euros) para a aquisição de mobiliário para a sala de convívio, equipamento informático, bem como nas despesas de manutenção. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 14 de Maio de 2014 um protocolo com o Centro Social Cultural e Desportivo de Silvares, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. Contudo, no passado dia 17 de setembro, a Presidente desta instituição, Lisete Mendes Veiga, solicitou à Câmara Municipal a alteração de parte do objeto deste subsídio de modo a que se substitua o objeto "equipamento informático" para o objeto "arca refrigeradora". Considerando que foi emitida a declaração de cabimento nº 1604/2014 relativa ao valor total dos subsídios e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a que reporta a deliberação de 20 de março e na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do objeto do subsídio, anexando um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: O presente Protocolo tem por objeto (...), para o apoio à aquisição de mobiliário para a sala de convívio, arca refrigeradora, bem como nas despesas de manutenção. A alteração da Cláusula 2ª – Período de vigência do Protocolo, nos seguintes termos: Sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª, o período de vigência deste





Protocolo mantém-se de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.” O protocolo celebrado, bem como a minuta do aditamento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE GUIMARÃES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães (APCG) é uma instituição Particular de Solidariedade Social que foi criando, ao longo dos anos, vários equipamentos e estruturas de apoio às pessoas com Paralisia Cerebral e suas famílias, de forma a alcançar o seu objetivo principal - criar condições para aumentar a participação de pessoas especiais na vida social, promovendo deste modo uma política de prevenção, tratamento, reabilitação e integração da pessoa com Paralisia Cerebral. Para além da dedicação envolvida no tratamento das crianças e jovens portadores de deficiência, a APCG pretende ainda que estes sejam integrados plenamente na comunidade, quebrando barreiras preconceituosas que possam existir, pelo que possui atividades desportivas enriquecedoras para os jovens e com alguma visibilidade no exterior como é o caso do Boccia e da Natação, recolhendo variadíssimos títulos nacionais e internacionais, como tem vindo a ser prova nas várias edições da Gala de Desporto. Assim, é reconhecido à APCG um trabalho social e desportivo de grande interesse e mérito, acrescentado todos os anos com a conhecida Caminhada e Minimaratona Solidária, realizada em Setembro. Este ano, contamos com a VIII edição da Caminhada Solidária, onde participam mais de 4 mil pessoas, as quais demonstram através da sua participação e donativo, uma enorme solidariedade pelos que mais precisam. Considerando os custos associados à organização deste evento desportivo,

nomeadamente ao nível do policiamento, entre outros, o Município de Guimarães pretende associar-se à iniciativa, propondo, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, a atribuição de um apoio de €863,20 (oitocentos e sessenta e três euros e vinte cêntimos) destinado a suportar, a título excecional, o pagamento do policiamento da VIII Caminhada e Minimaraton Solidária da APCG.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS – “OS ROTOS” – ASSOCIAÇÃO DE BTT – OFERTA DE BANDEIRA** – Presente a seguinte proposta: “A Associação de BTT “OS ROTOS”, associação sem fins lucrativos, solicitou a cedência a título definitivo de uma bandeira do Município de Guimarães. Informa-se que existe nos Serviços uma bandeira do Município disponível para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à referida associação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS TREZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----